

# Limitações ao Tempo de Voo e o ataque com o Decreto-Lei 133/2013:

## Apertam com a tenaz da exploração, temos de responder com a unidade e luta!

No dia 3 e 9 de Outubro somaram-se dois novos ataques aos trabalhadores da TAP e à própria TAP. São ataques que têm a mesma origem - o grande capital europeu- e os mesmos executantes - os partidos ajoelhados à troika. E que têm que ter a mesma resposta: a intensificação da unidade e luta dos trabalhadores, contra esta política e os seus executantes. E que não haja ilusões: eles só estão a tentar salvar os banqueiros e os capitalistas à custa de Portugal e dos portugueses!

### 3 Outubro - Novo ataque à TAP e aos salários dos seus trabalhadores

No dia 3 de Outubro foi finalmente publicado o Decreto-Lei 133/2013 sobre o Sector Empresarial Público, que resulta de uma autorização legislativa atribuída no Parlamento em Janeiro por PSD e CDS com a abstenção do PS.

Esse Decreto-Lei, a cuja leitura convidamos todos, entra em vigor a 6 de Dezembro, e incorpora duas matérias particularmente graves: a revisão imperativa e permanente da contratação colectiva das actuais empresas públicas (nomeadamente, redução do valor do subsídio de refeição, redução do pagamento do trabalho extraordinário e nocturno, redução das ajudas de custo, etc) e um conjunto de regras para o funcionamento das empresas públicas que só não é absurdo porque se destina exactamente a impossibilitar o seu funcionamento e o cumprimento das suas funções.

E sobre isto não pode haver ilusões! Se esta lei entra em vigor será plenamente aplicada na TAP, pois o Governo, continua a ter como prioridade cumprir as ordens da troika e desfazer-se da empresa nacional, da TAP! É verdade que esta lei é claramente anticonstitucional, e afronta a mais recente deliberação do TC (602/2013). Mas também aqui não pode haver dúvidas: ou cresce a luta pelo cumprimento da Constituição, ou as crescentes pressões do grande capital sobre o Tribunal Constitucional acabarão por o anular completamente!

### 9 de Outubro - Alterações às Limitações do Tempo de Voo aprovadas em Bruxelas

No dia 9 de Outubro, por 387 a 218, o Parlamento Europeu não rejeitou as propostas da Comissão Europeia de alterar as limitações no tempo de voo. Mas este número tem rosto e nome: Paulo Rangel (PSD), Nuno Melo (CDS), Regina Bastos (PSD), Maria Carvalho (PSD), Carlos Coelho (PSD), Diogo Feio (CDS), José Fernandes (PSD), Maria Neves (PSD) e Nuno Teixeira (PSD) usaram o seu voto contra os interesses dos trabalhadores e das empresas nacionais, e Vital Moreira (PS) e Luis Alves (PS) preferiram abster-se.

Os deputados do PCP usaram o seu voto e a sua voz para combater as propostas da Comissão, tendo João Ferreira realizado a seguinte intervenção: «*Procurando fugir ao debate e ao escrutínio público democrático, fingindo que não é essencial o que é evidentemente essencial, a Comissão quer alterar a regulamentação relativa ao tempo de voo dos pilotos e do pessoal de cabine. Como sempre, embrulham a proposta numa retórica que diz defender o que precisamente querem por em causa: neste caso, a segurança de trabalhadores e passageiros. A Comissão mostra, mais uma vez, sem disfarce, ao serviço de quem está. Por mais que as associações patronais do sector e as grandes companhias de aviação queiram fazer crer o contrário, não se defende a segurança no transporte aéreo atacando os direitos dos trabalhadores, prolongando jornadas de trabalho que nalguns casos são já excessivamente longas. Mas a Comissão, como sempre, faz-lhes o frete. Já não chega promoverem a concentração monopolista no sector, já não chega imporem a privatização de companhias aéreas de bandeira, como a TAP em Portugal, querem engordar por todos os meios, ainda mais, os lucros dos colossos da aviação à custa dos trabalhadores e da segurança dos passageiros. Contarão com a nossa oposição e com a luta determinada dos trabalhadores!*»

**19 OUTUBRO**

**Adere à Marcha da CGTP-IN na Ponte 25 de Abril**

# PONTE A PÉ NA TROIKA E NO GOVERNO!

**Célula da TAP/SPDH  
Partido Comunista Português**

